



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL  
DIREÇÃO-GERAL

PORTARIA Nº 35/2020/DG, DE 23 DE JANEIRO DE 2020

Subdelega competências para celebração de contratos administrativos relativos a atividades de custeio ou investimento na PRF, nos termos do Art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019 e art. 7º, parágrafo único da Portaria MJSP nº 32, de 17 de janeiro de 2020 e disciplina a aplicação do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019.

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL, no uso das competências conferidas pelo Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria nº 224, de 05 de dezembro de 2018, do Senhor Ministro de Estado da Segurança Pública, publicada no Diário Oficial da União nº 234, de 06 de dezembro de 2018, tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019 e na **Portaria nº 32, de 17 de janeiro de 2020**, do Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, publicada no Diário Oficial da União nº 13, de 20 de janeiro de 2020, assim como no processo nº 08650.010069/2019-17,

RESOLVE:

Art. 1º Subdelegar ao(à) Coordenador(a)-Geral de Administração - CGA, no âmbito da Sede Nacional da Polícia Rodoviária Federal, ao Coordenador-Geral da Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal - UniPRF, no âmbito da UniPRF, e aos Superintendentes, no âmbito das respectivas Superintendências, vedada nova subdelegação, a competência para autorizar expressamente as celebrações e prorrogações de contratos relativos a atividades de custeio ou investimento com **valores inferiores a R\$1.000.000,00** (um milhão de reais), nos termos do Art. 3º, § 3º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019 e do art. 7º, parágrafo único da Portaria MJSP nº 32, de 17 de janeiro de 2020.

Art. 2º Subdelegar ao(à) Diretor(a) de Administração e Logística - DIRAD, sendo vedada nova subdelegação, a competência para autorizar as celebrações e prorrogações de contratos relativos a atividades de custeio ou investimento com **valores iguais ou superiores a R\$1.000.000,00** (um milhão de reais) e **inferiores a R\$10.000.000,00** (dez milhões de reais), no âmbito da Polícia Rodoviária Federal (Sede Nacional, UniPRF e Superintendências), devendo os autos serem encaminhados àquela DIRAD no momento imediatamente posterior à declaração de reserva orçamentária para emissão de decisão administrativa, nos termos do Art. 3º, § 2º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, e do art. 7º, parágrafo único da Portaria MJSP nº 32, de 17 de janeiro de 2020.

Art. 3º Determinar ao(à) Coordenador(a)-Geral de Administração - CGA, no âmbito da Sede Nacional da Polícia Rodoviária Federal, ao(à) Coordenador(a)-Geral da Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal - UniPRF, no âmbito da UniPRF, e aos(as) Superintendentes, no âmbito das respectivas Superintendências, que, nas celebrações e prorrogações de contratos relativos a atividades de custeio ou investimento com **valores iguais ou superiores a R\$10.000.000,00** (dez milhões de reais), encaminhem os autos do respectivo processo à Coordenação-Geral de Análise Técnica - CGAT no momento imediatamente posterior à declaração de reserva orçamentária, com vistas a elaboração de orientação para subsidiar decisão administrativa por parte do Sr. Diretor-Geral, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Portaria MJSP nº 32, de 17 de janeiro de 2020.

Art. 4º Determinar ao(à) Coordenador(a)-Geral de Administração - CGA, no âmbito da Sede Nacional da Polícia Rodoviária Federal, ao(à) Coordenador(a)-Geral da Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal - UniPRF, no âmbito da UniPRF, e aos(as) Superintendentes, no âmbito das respectivas Superintendências, que, nas contratações administrativas e nas prorrogações dos contratos em vigor relativos a locação de imóveis com **valor igual ou superior a R\$10.000,00** (dez mil reais) **por mês**, encaminhem os autos do respectivo processo à Coordenação-Geral de Análise Técnica - CGAT no momento imediatamente posterior à declaração de reserva orçamentária para posterior remessa à Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em conformidade com o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, e Art. 9º da Portaria MJSP nº 32, de 17 de janeiro de 2020.

Art. 5º Revogar a Portaria nº 288/2019/DG, de 20 de novembro de 2019 (SEI nº 22739453).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO FURTADO



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO MARCOS FURTADO, Diretor(a)-Geral**, em 23/01/2020, às 12:16, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **23881088** e o código CRC **6C6150B1**.



Referência: Processo nº 08650.010069/2019-17



SEI nº 23881088